

JUCESP

00 12 10



JUCESP PROTOCOLO
2.106.012/10-0



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA,
COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA AGRÍCOLA USINA JACAREZINHO

ENTRE

COMPANHIA AGRÍCOLA USINA JACAREZINHO

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

MARINGÁ S.A. – CIMENTO E FERRO-LIGA

COMPANHIA CANAVIEIRA DE JACAREZINHO

DATADA DE
03 DE DEZEMBRO DE 2010



JUCESP

00 10 10

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA,
DA ESPÉCIE SUBORDINADA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,
DA COMPANHIA AGRÍCOLA USINA JACAREZINHO**

As partes abaixo qualificadas:

na qualidade de emissora,

COMPANHIA AGRÍCOLA USINA JACAREZINHO, sociedade por ações de capital fechado com sede na Rua São Bento, nº 329, 11º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.231.478/0001-17, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

na qualidade de agente fiduciário,

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representado na forma de seu contrato social; e

na qualidade de intervenientes garantidoras,

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, sociedade por ações com sede na Rua São Bento, nº 329, 8º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.082.962/0001-21, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

MARINGÁ S.A. – CIMENTO E FERRO-LIGA, sociedade por ações com sede na Rua São Bento, nº 329, 9º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.082.988/0001-70, neste ato representada na forma de seu estatuto social; e



JUCESP

08 12 10

COMPANHIA CANAVIEIRA DE JACAREZINHO, sociedade por ações com sede na Rua São Bento, nº 329, 11º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.648.587/0001-39, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

celebram o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, Com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho”, doravante denominada simplesmente “Escritura” ou “Escritura de Emissão”, nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos no presente item:

Agente Fiduciário	Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão, ou quem vier a sucedê-la.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Debenturistas.
Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12.
Canaveira	Companhia Canaveira de Jacarezinho, sociedade por



JUCESP
00 12 10

ações com sede na Rua São Bento, nº 329, 11º andar, Centro, na sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.648.587/0001-39.

CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e posteriores alterações.
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e posteriores alterações.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, Com Garantia Fidejussória, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 1ª Emissão Pública da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, celebrado entre a Emissora, a Melhoramentos, a Maringá, a Canavieira, o Itaú BBA e o Santander.
Coordenadores	Itaú BBA e Santander, em conjunto.
Coordenador Líder	Itaú BBA
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Previstas no item 5.9.1 desta Escritura.
Data de Emissão	06 de dezembro de 2010.

JUCESP
00 12 10

Data de Vencimento

06 de dezembro de 2013.

Debêntures

As 112 (cento e doze) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com garantia fidejussória da 1ª emissão pública da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho.

Debêntures em Circulação

Para efeito da constituição dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral previstos nesta Escritura de Emissão, todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores, direta ou indiretamente, da Emissora e (c) administradores da Emissora, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

Debenturistas

Titulares das Debêntures.

“EBITDA”

Lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as despesas financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as receitas financeiras, sendo que os conceitos utilizados têm a definição usualmente aceita pelos princípios contábeis em vigor no Brasil.

Emissão

1ª emissão pública de debêntures da Emissora.

Emissora

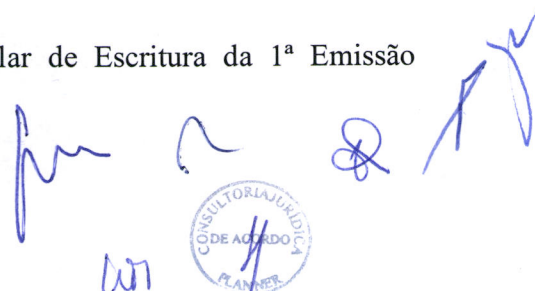
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho.

Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos no item 5.10.4 desta Escritura.

Escritura de Emissão

O Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão



JUESP
00 12 10

Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, conforme aditada.

Escritura de Hipoteca

Escritura Pública de Constituição de Garantia Hipotecária, a ser celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Melhoramentos, substancialmente na forma do Anexo I, e a ser registrada no Registro de Imóveis 2º Ofício da Comarca de Cianorte (PR) e no Registro de Imóveis da Comarca de Terra Boa (PR), referente aos imóveis de propriedade da Melhoramentos descritos nas seguintes matrículas: (i) matrícula nº 6.047 do Registro de Imóveis 2º Ofício da Comarca de Cianorte (PR); e (ii) matrículas nºs 31, 32, 33 e 34 do Registro de Imóveis da Comarca de Terra Boa (PR).

Garantias

(i) A hipoteca sobre determinados imóveis a ser constituída nos termos da Escritura de Hipoteca; e (ii) a fiança solidária da Melhoramentos, da Maringá e da Canavieira constituída nesta Escritura de Emissão.

Instituição Depositária

Banco Bradesco S.A.

Instrução CVM nº 28/83

Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.

Instrução CVM nº 358/02

Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 409/04

Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009,

JUCESP

08 12 10

conforme alterada.

Intervenientes Garantidoras

Melhoramentos, Maringá e Canavieira.

Investidores Qualificados

Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, e, nos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09, observado que (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

IPCA

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Itaú BBA

Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30.

JUCESP

Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

Juros Remuneratórios

Os juros remuneratórios das Debêntures calculados nos termos do item 5.8 desta Escritura.

Laudo de Avaliação dos Imóveis

Laudo de Avaliação, Anexo II a esta Escritura.

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

JUL 19 2019

08 12 10

Maringá

Maringá S.A. – Cimento e Ferro-Liga, sociedade por ações com sede na Rua São Bento, nº 329, 9º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.082.988/0001-70.

Melhoramentos

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sociedade por ações com sede na Rua São Bento, nº 329, 8º andar, Centro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.082.962/0001-21.

Oferta de Resgate Antecipado

Oferta que a Emissora tem a faculdade de realizar caso queira resgatar as Debêntures, total ou parcialmente, obedecidos os procedimentos previstos no item 6.1 desta Escritura.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

Período de Carência

Período de 1 (um) ano, contado a partir da Data de Emissão, em que não haverá amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, tampouco pagamento dos Juros Remuneratórios.

Prêmio de Resgate Antecipado

O prêmio a ser pago aos Debenturistas na hipótese de resgate antecipado das Debêntures, na forma prevista no item 6.1.2 desta Escritura.

Santander

Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira



JUCESP

08 12 10

com sede na Av. Juscelino Kubitschek nº 2235, na cidade de São Paulo, Estado de São de Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42.

SDT	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SND	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Taxa DI	Acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (HTTP://www.cetip.com.br).
Valor Garantido	Valor total de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias, incluindo encargos moratórios inerentes à Emissão e que é garantido pelas Intervenientes Garantidoras, e que, dentre outros, inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados nos termos desta Escritura de Emissão, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive encargos de qualquer natureza, as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver.
Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão.

2.

AUTORIZAÇÃO

JUCESP

00 12 10

2.1 A presente Escritura de Emissão é firmada e a Oferta é realizada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 03 de dezembro de 2010, com base no artigo 59 da Lei nº 6404/76 (“AGE Emissão”).

3. DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação

3.1.1.1 A ata da AGE Emissão será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário do Comércio”, conforme o artigo 62, inciso I da Lei nº 6.404/76.

3.1.2 Inscrição da Escritura de Emissão

3.1.2.1 Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, inciso II e §3º da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por ser objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação.

3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 A Emissão não será registrada na ANBIMA por ser objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação.

3.1.5 Registro em Cartório de Títulos e Documentos

3.1.5.1 A presente Escritura e seus eventuais aditamentos, em função da garantia fidejussória, será registrada em cartório de registro de títulos e documentos da cidade de



Handwritten signatures and a circular stamp of the Consultoria Jurídica da JUCESP. The stamp contains the text 'CONSULTORIA JURIDICA', 'DE ACORDO', and 'PLANNING'.

JUL 1973

08 12 10

São Paulo, Estado de São Paulo, na forma prevista na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura desta Escritura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

3.1.6 Registro da Escritura de Hipoteca e da Alienação Fiduciária

3.1.6.1 A Escritura de Hipoteca será registrada no Registro de Imóveis 2º Ofício da Comarca de Cianorte (PR) e no Registro de Imóveis da Comarca de Terra Boa (PR) no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da Data de Emissão, convolvendo-se a partir daí as Debêntures em títulos com garantia real.

3.1.6.2 Na hipótese de substituição da garantia real hipotecária por alienação fiduciária nos termos do item 5.2.2 abaixo, o respectivo instrumento deverá ser registrado no Registro de Imóveis 2º Ofício da Comarca de Cianorte (PR) e no Registro de Imóveis da Comarca de Terra Boa (PR) no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da realização da Assembleia Geral referida no item 5.2.2 abaixo.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto a exploração agrícola, industrial e comercial de produtos rurais, especialmente a de açúcar e álcool.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão pública com esforços restritos de colocação de debêntures da Emissora.

4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

4.4 Montante da Emissão



JUCESP

08 12 10

4.4.1 O montante total da Emissão será de R\$112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais), na Data de Emissão.

4.5 Banco Mandatário e Instituição Depositária

4.5.1 O Banco Mandatário e a Instituição Depositária serão o Banco Bradesco S.A..

4.6 Destinação dos Recursos

4.6.1 Os recursos captados através da presente Emissão serão utilizados para alongar o passivo de curto prazo da Emissora e para reforçar o caixa da Emissora.

4.7 Limite da Emissão

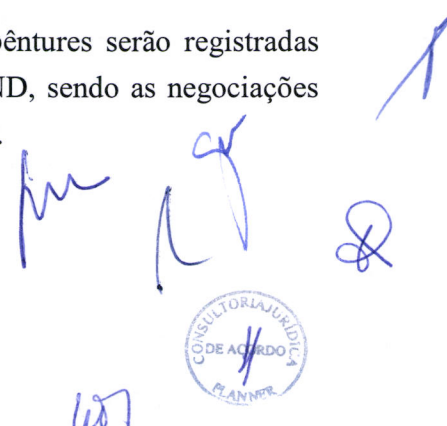
4.7.1 Tendo em vista que as Debêntures são da espécie subordinada, não se aplicam à Emissão os limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, nos termos §4º do referido artigo.

4.8 Registro para Distribuição e Negociação

4.8.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do módulo SDT, sendo a liquidação financeira realizada através da CETIP.

4.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09. Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no §1º do artigo 15 da Instrução CVM nº 476/09.

4.8.3 Sem prejuízo do disposto no item acima, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do módulo SND, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

The block contains several handwritten signatures in blue ink. At the bottom right, there is a circular stamp from the Consultoria Jurídica da JUCESP, with the text 'CONSULTORIA JURÍDICA', 'JUCESP', and 'CÓDIGO DE ACORDO' visible. There is also a handwritten number '607' near the stamp.

JUL 30

09 10 10

4.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime com garantia firme de colocação, observado os termos e condições previstos no Contrato de Colocação, com a intermediação do Coordenador Líder e do Santander, na qualidade de instituições intermediárias, e ofertadas a, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e destinadas a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09.

4.9.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado da data de início de distribuição, observado o disposto no Contrato de Colocação.

4.9.3 As Debêntures que não tenham sido colocadas até o final do prazo definido no item 4.9.2 acima nos termos do Contrato de Colocação serão canceladas pela Companhia, restando claro, portanto, que será permitida a distribuição parcial das Debêntures.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

5.1.1 *Valor Nominal Unitário*

5.1.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão.

5.1.2 *Quantidade de Debêntures*

5.1.2.1 Serão emitidas 112 (cento e doze) Debêntures, perfazendo o valor total da Emissão de R\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de reais).

5.1.3 *Número de Séries*

5.1.3.1 A Emissão será em série única.

Handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom right of the page. A circular stamp is also present, containing the text 'CONSULTORIA JURÍDICA', 'CDE ACORDO', and 'PLANMER'.

JUCESP

06 12 10

5.1.4 *Data de Emissão*

5.1.4.1 Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 06 de dezembro de 2010.

5.1.5 *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.5.1 O vencimento final das Debêntures dar-se-á em 06 de dezembro de 2013, 3 (três) anos contados da Data de Emissão, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura de Emissão. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação pelo saldo não amortizado de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

5.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cédulas ou certificados.

5.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.7.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será emitido extrato em nome do Debenturista pela CETIP.

5.1.8 *Conversibilidade e tipo*

5.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.9 *Espécie*

The block contains several handwritten signatures in blue ink. At the bottom right, there is a circular stamp with the text "CONSULTORIA JURÍDICA" around the top edge, "CDE APROVADO" in the center, and "PLANNER" at the bottom. There are also some additional handwritten marks and initials scattered around the stamp.

JUCESP

08 12 10

5.1.9.1 As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, até que sejam, nos termos do item 5.1.9.2 abaixo, convoladas para debêntures da espécie com garantia real.

5.1.9.2. Não obstante o disposto no item 5.1.9.1. acima, a Emissora e os Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, desde já concordam que, a partir do momento em que forem obtidos os devidos registros da Hipoteca, conforme o disposto no item 3.1.6.1 acima, para que as Debêntures possam, nos termos do artigo 60 da Lei nº 6.404/76, ser convoladas para debêntures da espécie com garantia real, todas as Debêntures serão automaticamente convoladas de debêntures da espécie subordinada para debêntures da espécie com garantia real, conforme estabelecido no item 5.1.9.4 abaixo.

5.1.9.3. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário comunicação escrita informando a data do efetivo registro da Hipoteca, e, conseqüentemente, a data em que as Debêntures foram automaticamente convoladas em debêntures da espécie com garantia real, na forma prevista no item 5.1.9.1 acima. A Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebrarão aditamento à presente Escritura para refletir a conversão da espécie subordinada das Debêntures em espécie com garantia real, nos termos do Anexo III a esta Escritura de Emissão, ficando acordado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e desde já autorizado pelos Debenturistas, que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral para a celebração do mencionado aditamento. A celebração do aditamento aqui referido e seu registro na JUCESP deverão ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis contados a partir do último dia útil do mês da efetiva convolação da espécie das Debêntures de subordinada para com garantia real. Referido aditamento deverá ser encaminhado à CETIP imediatamente após seu registro na JUCESP.

5.1.9.4. Para todos os fins e efeitos, as Debêntures serão consideradas como sendo da espécie com garantia real a partir do momento em que a Hipoteca houver sido registrada perante os cartórios competentes.

5.2 Garantia Real

5.2.1 Para garantir o integral e pontual pagamento de todas as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, ou que venham a ser assumidas pela

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: CONSULTORIA JURIDICA DE ACORDO PLANMER]

JUL 2018

18 12 10

Emissora no contexto desta Emissão, a Melhoramentos, nos termos da Escritura de Hipoteca, constituirá, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, hipoteca em primeiro grau sobre os imóveis objeto da matrícula nº 6.047 do Registro de Imóveis 2º Ofício da Comarca de Cianorte (PR) e matrículas nºs 31, 32, 33 e 34 do Registro de Imóveis da Comarca de Terra Boa (PR), livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, exceção feita pelos ônus ou gravames decorrentes desta Emissão, nos termos do artigo 1473 e seguintes do Código Civil.

5.2.2 A garantia real hipotecária que guarnecerá a Emissão poderá ser substituída por alienação fiduciária dos mesmos bens, por deliberação da maioria das Debêntures em Circulação. Para tanto, deverá o Agente Fiduciário convocar Assembleia Geral no prazo de 5 (cinco) dias contados da data em que receber notificação da Melhoramentos e/ou da Emissora informando a conclusão do processo de georreferenciamento dos imóveis objeto da mencionada garantia real hipotecária, obrigando-se a Melhoramentos e a Emissora a notificar o Agente Fiduciário tão logo ocorra a conclusão do referido processo.

5.2.2.1 Caso a Assembleia Geral mencionada no item 5.2.2 acima decida pela substituição da garantia, obriga-se a Melhoramentos a firmar todos os instrumentos, requerimentos e contratos relativos à alteração da forma da garantia descrita acima, assim como a arcar com todos os custos relacionados com a liberação da garantia hipotecária e subsequente constituição da alienação fiduciária.

5.3 Garantia Fidejussória

5.3.1 Para assegurar o cumprimento de todas obrigações pecuniárias, principal e acessórias, incluindo Encargos Moratórios, das Debêntures objeto da Emissão ("Valor Afiançado") os fiadores, neste ato, obrigam-se como fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis, nos termos do artigo 275 e seguintes do Código Civil, por todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação às Debêntures e à Emissão, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, e renunciando, neste ato, expressamente, aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos



JUL 2019

09 12 10

artigos 366, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

5.3.2 As Intervenientes Garantidoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais devedoras do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

5.3.3 As Intervenientes Garantidoras deverão efetuar o pagamento do Valor Garantido em até 1 (um) dia após notificação por escrito do Agente Fiduciário, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, conforme o caso fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

5.3.4 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelas Intervenientes Garantidoras com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.3.5 Qualquer uma das Intervenientes Garantidoras sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, no entanto, o exercício do seu direito de sub-rogação estará condicionado à total e mais ampla quitação de todos os valores devidos com relação às Debêntures e à Emissão.

5.3.6 A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral do Valor Garantido, em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data as Intervenientes Garantidoras estarão desobrigadas de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura de Emissão.

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text: CONSULTORIA JURÍDICA, DE ACORDO, PLANMIR.

JUCESP

08.12.10

5.3.7 ~~Pica desde já certo e ajustado~~ que a inobservância, pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, dos prazos para execução de quaisquer Garantias constituídas em favor dos Debenturistas no âmbito da Oferta não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

5.3.8 A fiança concedida pelas Intervenientes Garantidoras é determinada e expira apenas na data do pagamento integral do Valor Garantido.

5.3.9 A presente fiança poderá ser excutida ou exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

5.3.10 As Intervenientes Garantidoras certificam que a prestação da fiança foi devidamente autorizada por: (i) Reunião da Diretoria da Maringá realizada em 25/11/2010; (ii) Reunião da Diretoria da Canavieira realizada em 25/11/2010; e (iii) Reunião do Conselho de Administração da Melhoramentos realizada em 25/11/2010.

5.4 Subscrição

5.4.1 *Prazo de Subscrição*

5.4.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 4.9.2 acima.

5.4.2 *Preço de Subscrição*

5.4.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

5.5 Integralização e Forma de Pagamento

5.5.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data de subscrição e integralização.

JUCESP

00 12 10

5.6 Direito de Preferência

5.6.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.7 Atualização do Valor Nominal Unitário

5.7.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.8 Juros Remuneratórios

5.8.1 As Debêntures renderão juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das Taxas DI, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 4,00% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o valor nominal ou saldo do valor nominal das Debêntures, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, e pagos ao final de cada Período de Capitalização ("Juros Remuneratórios").

5.8.2 Após o término do Período de Carência, os Juros Remuneratórios serão pagos em 5 (cinco) pagamentos semestrais, ao final de cada Período de Capitalização, sendo o primeiro pagamento devido em 06 de dezembro de 2011 e os demais nas seguintes datas: 06 de junho de 2012, 06 de dezembro de 2012, 06 de junho de 2013 e 06 de dezembro de 2013.

5.8.3 O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

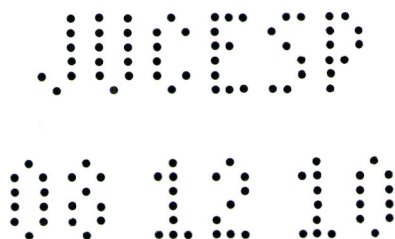
$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text: "AUDITORIA JUNIOR", "DE ACORDO", and "PLANNER".



Fator de Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde,

FatorDI Produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n Número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do “Fator DI”, sendo “n” um número inteiro;

k Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais



JUCESP

00 12 10

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 4,0000 (quatro inteiros);

DP Número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

JUL 2019

08 13 11

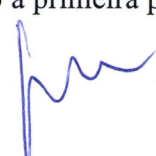



5.8.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente acrescida da sobretaxa até a data de cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.8.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias após esta data ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou por determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral, a ser realizada no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos (ou da extinção, se for este o caso), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI, acrescida da sobretaxa, até a data da deliberação da Assembleia Geral.

5.8.6 Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas, representando, no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral mencionada no item 5.8.5 acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI, acrescida da sobretaxa.

5.9 Amortização Programada

5.9.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais, à razão de 20% (vinte por cento) cada, sendo a primeira parcela devida

JUDICIAL

06 12 13

em 06 de dezembro de 2011 e as demais nas seguintes datas: 06 de junho de 2012, 06 de dezembro de 2012, 06 de junho de 2013 e 06 de dezembro de 2013.

5.9.2 O Valor Nominal Unitário das Debêntures após a amortização será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VN_r = VN - AMT$$

“VN_r” Corresponde ao Valor Nominal Unitário remanescente após a amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“VN” Corresponde ao saldo do Valor Nominal Unitário, antes de pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

“AMT” Corresponde ao valor unitário da última amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

5.10 Condições de Pagamento

5.10.1 Local de Pagamento

5.10.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.10.2 Imunidade Tributária

5.10.2.1 O Debenturista que gozar de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos relacionados ao investimento ou ao recebimento de quaisquer valores relacionados às Debêntures, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora e para o Agente Fiduciário, na data em que subscrever ou adquirir Debêntures, declaração devidamente fundamentada em que informe tal condição, indicando a espécie do



JUCESP

09 12 10

tributo de cujo recolhimento está dispensado e o diploma legal que estabelece a imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero, bem como que atende a todas as condições e requisitos porventura estabelecidos para a fruição do respectivo benefício fiscal. Do contrário, o Debenturista terá descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal. O Banco Mandatário poderá solicitar aos Debenturistas documentação adicional para verificar eventual benefício fiscal.

5.10.2.1.1 O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, imediatamente e de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora e para o Agente Fiduciário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário, pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

5.10.2.1.2 Mesmo que tenha recebido a declaração referida no item 5.10.2.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória por parte de qualquer Debenturista ou terceiro contra a Emissora, o Banco Mandatário ou a instituição financeira contratada para efetuar pagamentos de valores relacionados às Debêntures.

5.10.3 *Prorrogação dos Prazos*

5.10.3.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação tratada nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação

JUCESP

09 12 10

quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.10.4 *Encargos Moratórios*

5.10.4.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.10.5 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.10.5.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.10.4 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração adicional e/ou encargos moratórios referentes ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento pelo prazo estabelecido em Lei.

5.11 **Repactuação**

5.11.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.12 **Publicidade**

5.12.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário do Comércio", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.



JUL 2017

DO RESGATE ANTECIPADO

6. DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Resgate Antecipado

6.1.1 A qualquer tempo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar Oferta de Resgate Antecipado endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, a fim de resgatar a totalidade ou parte das Debêntures.

6.1.2 A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- i) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca da intenção de realizar Oferta de Resgate Antecipado, por meio da publicação de edital no jornal indicado no item 5.121 acima, com as condições dessa oferta, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, e solicitará aos Debenturistas que indiquem sua intenção de aderir à oferta, os quais deverão se manifestar por escrito à Emissora com no mínimo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- ii) o edital de Oferta de Resgate Antecipado deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, incluindo:
 - a) se a Oferta de Resgate Antecipado será da totalidade das Debêntures; ou se será parcial, sendo que, neste caso, o procedimento para aquisição parcial será realizado mediante sorteio;
 - b) o valor do Prêmio de Resgate Antecipado, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado antecipadamente;
 - c) a data efetiva para a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, com pagamento aos Debenturistas; e
 - d) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;



JUL 30

09:11:11

- iii) o valor a ser pago aos Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios devidos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, na forma desta Escritura de Emissão; e (b) de Prêmio de Resgate Antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, conforme subitem (b) do item (ii) acima;
- iv) na data de liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora irá proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures que forem objeto da Oferta de Resgate Antecipado, conforme manifestação dos Debenturistas, serão liquidadas em uma única data, se for o caso;
- v) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado dar-se-á mediante depósito a ser realizado pelo Banco Mandatário nas contas correntes indicadas pelos Debenturistas. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, o evento seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização; e
- vi) no caso das Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, a operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado parcial será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento, não haverá a necessidade de ajuste da presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.1.3 As Debêntures resgatadas deverão ser canceladas pela Emissora.

6.2 Vencimento Antecipado

6.2.1 Observado o disposto nos itens 6.2.2 e 6.2.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da



JUCESP

08 12 10

Emissora constantes desta Escritura de Emissão e poderá exigir dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures emitidas, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) (a) deferimento, homologação, concessão ou decretação por autoridade judiciária de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e/ou liquidação, ou de quaisquer procedimentos análogos existentes ou que venham a ser criados por lei, em relação à Emissora ou às Intervenientes Garantidoras; ou (b) apresentação pela Emissora ou pelas Intervenientes Garantidoras de pedido de recuperação extrajudicial, autofalência, dissolução e/ou liquidação ou de quaisquer procedimentos análogos existentes ou que venham a ser criados por lei;
- ii) apresentação por qualquer parte que não a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras de pedido de (a) recuperação judicial; ou (b) falência, dissolução e/ou liquidação; ou (c) quaisquer procedimentos análogos existentes ou que venham a ser criados por lei;
- iii) mudança do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, sem que seja obtida anuência prévia dos Debenturistas em Assembleia Geral a ser especialmente convocada;
- iv) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras, salvo se nos termos do artigo 231 da Lei nº 6.404/76, ou se obtida anuência prévia dos Debenturistas em Assembleia Geral a ser especialmente convocada;
- v) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, definindo-se como parte substancial ativos que potencialmente levem a diminuição de 5% (cinco por cento) ou mais do EBITDA da Emissora na data do ato;



JUCESP

00 12 10

- vi) não pagamento, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou à Emissão, incluindo o pagamento da amortização programada referida no item 5.9 desta Escritura de Emissão, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas, nas respectivas datas de pagamento;
- vii) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigações financeiras contraídas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior R\$100.000,00 (cem mil reais); o valor indicado neste item será reajustado, pelo IPCA, a partir da Data de Emissão;
- viii) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de títulos emitidos pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras no âmbito do mercado de capitais, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior R\$100.000,00 (cem mil reais); o valor indicado neste item será reajustado, pelo IPCA, a partir da Data de Emissão;
- ix) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;
- x) protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra as Intervenientes Garantidoras, ainda que na condição de garantidoras, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior R\$100.000,00 (cem mil reais); o valor indicado neste item será reajustado, pelo IPCA, a partir da Data de Emissão;
- xi) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora de valor unitário ou agregado superior a R\$100.000,00 (cem mil reais) para as quais não tenha sido feito provisão para pagamento; o valor indicado neste item será reajustado, pelo IPCA, a partir da Data de Emissão;



JUL 19 1998

08 12 10

- xii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras;
- xiii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, insuficientes, incompletas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Emissão;
- xiv) não cumprimento pelas Intervenientes Garantidoras, no todo ou em parte, de qualquer cláusula ou condição das fianças por elas prestadas no âmbito desta Emissão, assim como o não cumprimento pela Melhoramentos, no todo ou em parte, de qualquer cláusula ou condição da Escritura de Hipoteca e/ou da alienação fiduciária referida no item 5.2.2 acima, por ela prestada no âmbito desta Emissão;
- xv) se as fianças prestadas pelas Intervenientes Garantidoras ou a hipoteca a ser constituída pela Melhoramentos no âmbito desta Emissão, não forem devidamente efetivadas ou formalizadas segundo os dispositivos legais aplicáveis e nos termos desta Escritura de Emissão;
- xvi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- xvii) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76;
- xviii) nos demais casos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;
- xix) prática de quaisquer atos em desacordo com o estatuto social da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e com esta Escritura de Emissão que possam comprovadamente comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, a exclusivo critério dos Debenturistas;



JUCESP

00 12 10

- xx) descumprimento das obrigações prevista nos itens 7.1 e 7.2 abaixo;
- xxi) autuação da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras por quaisquer órgãos governamentais, que possa afetar significativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras;
- xxii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim;
- xxiii) alteração do objeto social da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, que modifique substancialmente as atividades atualmente por elas praticadas;
- xxiv) redução do capital social da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras sem prévia anuência dos Debenturistas, exceto se a redução tenha sido feita em atendimento ao artigo 174, §3º da Lei nº 6.404/76;
- xxv) anulação, cassação, encampação ou suspensão de quaisquer das atuais concessões, licenças, permissões, autorizações e subvenções da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras;
- xxvi) se a fiança prestada pelas Intervenientes Garantidoras tiver sua vigência ou efeitos extintos ou materialmente limitados antes do pagamento integral das obrigações relativas às Debêntures, seja por nulidade, anulação, rescisão, denúncia, distrato ou por qualquer outra razão, exceto nos termos expressamente previstos nesta Escritura de Emissão;
- xxvii) não realização do registro da Escritura de Hipoteca dentro dos prazo previsto no item 3.1.6.1;
- xxviii) não cumprimento pela Emissora, até a Data de Vencimento, dos seguintes índices financeiros, apurados anualmente, com base em suas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro, conforme venham a ser apurados pelo Agente







JUE 50

00 10 10

Fiduciário com base nas informações fornecidas pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão:

Combinado	2010	2011	2012	2013
Dívida Líquida / EBITDA	2,9x	2,3x	2,0x	1,8x
Dívida Líquida de CP / EBITDA	1,3x	1,0x	1,0x	0,8x
Segmento A&A	2010	2011	2012	2013
Dívida Líquida / EBITDA	5,3x	4,5x	4,3x	4,0x
Dívida Líquida de CP / EBITDA	2,5x	2,5x	2,5x	2,0x

Onde:

“Segmento A&A” = conjunto formado por Emissora, Canavieira, Melhoramentos e Destilarias Melhoramentos S.A., cujas contas devem ser algebricamente somadas para totalização dos índices acima referidos;

“Combinado” = conjunto formado pelo Segmento A&A e Maringá, cujas contas devem ser algebricamente somadas para totalização dos índices acima referidos;

“Dívida Líquida” = (i) financiamentos concedidos por instituições financeiras classificados como de curto prazo, incluindo a parcela de longo prazo que se tornará exigível no curto prazo no período analisado; (ii) valores devidos à Copersucar S.A.; (iii) financiamentos concedidos por instituições financeiras classificados como de longo prazo; subtraídas (iv) as disponibilidades em caixa e valores equivalentes;

“Dívida Líquida de CP” = (i) financiamentos concedidos por instituições financeiras classificados como de curto prazo, incluindo a parcela de longo prazo que se tornará exigível no curto prazo no período analisado; (ii) valores devidos à Copersucar S.A. de curto prazo; subtraídas (iii) as disponibilidades em caixa e valores equivalentes;

6.2.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas i, ii, iii, iv, vi, vii, viii, xiii, xiv, xxi, xxiii, xxv e xxvii do item 6.2.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de convocação de Assembleia Geral, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.



JUE 50

08 12 10

6.2.3 Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas v, ix, x, xi, xii, xv, xvi, xvii, xviii, xix, xx, xxii, xxiv, xxvi e xxviii do item 6.2.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar convocação da Assembleia Geral, no prazo de 2 (dois) dias a contar da data em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral a que se refere este item deverá ser realizada conforme previsto nesta Escritura de Emissão.

6.2.3.1 Na Assembleia Geral mencionada no item 6.2.3 acima, que será instalada observados os quoruns previstos nesta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, mediante deliberação de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

6.2.3.2 Independentemente do disposto no item anterior, na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral mencionada anteriormente por falta de quorum, verificada após a primeira e a segunda convocação ou (ii) de não aprovação da não decretação de vencimento antecipado das Debêntures prevista acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos indicados nesta Escritura de Emissão, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação, pelo Agente Fiduciário à Emissora informando sobre tal vencimento, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

6.2.4 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em Circulação que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos no item 5.10.4 desta Escritura de Emissão. A declaração de vencimento antecipado será efetuada mediante comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante desta Escritura de Emissão.

JUCESP

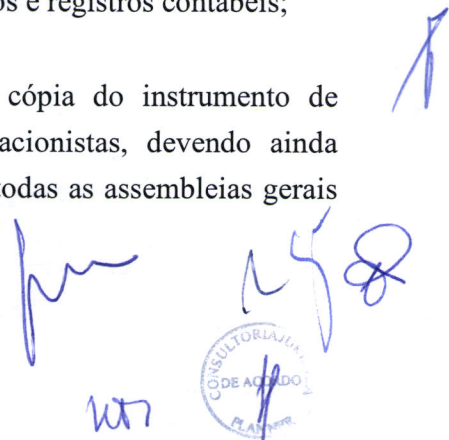
00 12 10

6.2.5 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Mandatário.

7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

7.1 A Emissora adicionalmente obriga-se a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhada de (a) parecer dos auditores independentes e (b) relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na alínea (xxviii) do item 6.2.1. acima, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
 - b) dentro de 15 (quinze) dias da solicitação, qualquer informação direta ou indiretamente relevante para a presente Emissão que razoavelmente lhe venha a ser pedida pelo Agente Fiduciário, devendo também permitir que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado a suas expensas), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;
 - c) dentro de 5 (cinco) dias úteis após o envio, cópia do instrumento de convocação de qualquer assembleia geral de acionistas, devendo ainda prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais

A handwritten signature in blue ink is visible above a circular stamp. The stamp contains the text 'CONSULTORIA' and 'CDE ACQU'.

JUEVES

08 12 10

de acionistas, e de todas as reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração da Emissora;

- d) dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
 - e) comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
 - f) na mesma data em que formar ciência da ocorrência, informações relacionadas à ocorrência de quaisquer dos eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 6.2.1 acima;
 - g) mediante solicitação, e em caráter imediato, informações que razoavelmente venham a ser solicitadas e cópias dos documentos correlatos a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.2 acima; e
 - h) todos os dados financeiros e atos societários necessários à elaboração do relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, a serem fornecidos até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório aos Debenturistas.
 - i) acompanhamento da destinação dos recursos captados através desta Emissão mediante confirmação, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com tais obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76;
- iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, abaixo transcritas:



JUCESP

08 12 10

- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.
- iv) enviar à CETIP (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (c) e (d) do subitem (iii) acima, (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados do recebimento de notificação nesse sentido, assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28/09, de 2 de abril de 2009;
- v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



JUCESP

09 12 10

- vi) convocar Assembleia Geral para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- x) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer país no qual realizar negócios ou possua ativos;
- xi) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora ou de suas controladas;
- xii) manter bens que sejam considerados materialmente relevantes para a execução do seu objetivo social adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- xiv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas;
- xv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e registros necessários à assinatura desta Escritura de Emissão, da Fiança e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

Handwritten signatures in blue ink are present at the bottom right of the page. A circular stamp is also visible, containing the text 'CONSULTORIA', 'CO DE AUDITO', and 'PLANINER'. There are additional handwritten marks, including a large 'X' and a signature that appears to be 'Lor'.

JUL 97

05 12 10

- xvi) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.

7.2 As Intervenientes Garantidoras adicionalmente obrigam-se a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
- a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
 - b) informações sobre quaisquer descumprimentos de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, por cada uma das Intervenientes Garantidoras, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento; e
 - c) dentro de 10 (dez) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;
- ii) pagar ou, de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras, exceto se comprovado que tais obrigações foram exigidas por erro ou má-fé, ou se tiverem sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou se forem prestadas garantias em juízo quando discutidas judicialmente;
- iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; e



JUL 97

08 12 10





- iv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizam negócios ou possuam ativos.

8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora constitui e nomeia Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 O Agente Fiduciário declara:

- i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- vii) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

JUCESP

06.10.10

- viii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- x) ter verificado a regularidade formal e material da constituição da garantia fidejussória prestada aos Debenturistas.

8.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

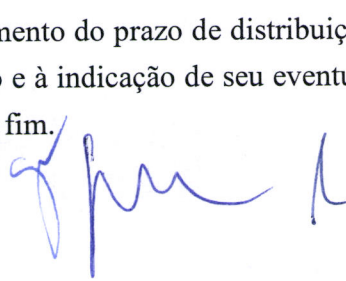

8.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.3.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 8.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

8.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.



JUCESP

05 12 10

8.3.5 A substituição do ~~Agente Fiduciário~~ fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à manifestação do Agente Fiduciário que se retira acerca do atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

8.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.

8.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.

8.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, após a mudança de espécie das Debêntures em razão da constituição da garantia real na forma prevista no item 5.1.9.3 desta Escritura de Emissão;



JUCEP

09 12 10

- v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias, nos termos desta Escritura de Emissão, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora e das Intervenientes Garantidoras;
- xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora e nas Intervenientes Garantidoras, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamentadamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma da cláusula 9 abaixo;
- xiii) comparecer à Assembleia Geral a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral, sumário das



JUCEP

09 12 10

deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;

- xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias na Emissora ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate antecipado, amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - j) declaração acerca da exequibilidade das Garantias das Debêntures desta Emissão; e

JUCESP

00 12 10

- k) demais informações sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício, relativos à execução das obrigações assumidas pela Emissora, aos bens garantidores das Debêntures e à constituição e aplicação do fundo de amortização, se houver.
- xv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em outro local indicado por ele;
 - c) na CVM; e
 - d) na sede da instituição intermediária líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xvi) enviar comunicado aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- xviii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos.



JUCEP

08 12 10

interessados mais esclarecimentos; comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e CETIP; e

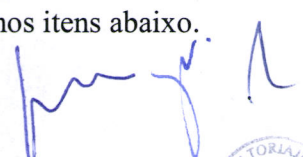



- xxi) acompanhar, calcular e apurar os índices financeiros previstos na alínea (xxviii) do item 6.2.1 acima, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão.

8.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, se for o caso.

8.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures emitidas e não resgatadas, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.5 (iv) acima.

8.7 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, remuneração a ser paga na forma prevista nos itens abaixo.

JUL 19 2019

08 12 10

8.7.1 A remuneração do Agente Fiduciário será devida pela Emissora em parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 03 (três) dias úteis após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos trimestres subseqüentes.

8.7.1.1 Às parcelas de remuneração serão acrescidos os seguintes tributos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas Alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.7.1.2 As parcelas referidas acima serão atualizadas, se for o caso, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

8.7.1.3 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora em nome dos credores.

8.7.2 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços em relação à totalidade das Debêntures em Circulação, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.7.3 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante a quitação dos respectivos boletos bancários a serem emitidos pelo Agente Fiduciário e encaminhados à Emissora ao menos 10 (dez) dias antes do respectivo vencimento.

8.7.4 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.



JUL 19 10

09 12 10

O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral.

8.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas previamente autorizadas que este tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.8.1 O ressarcimento a que se refere o item 8.8 acima será efetuado em até 10 (dez) dias contados da realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

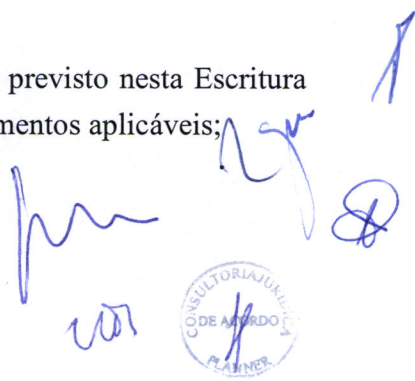
8.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora em relação a quaisquer obrigações derivadas das Debêntures, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora aos Debenturistas.

8.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

8.8.4 A remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, assim como as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.8.5 As despesas a que se refere o item 8.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;



JUL 85

08 12 10

- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, transporte e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- v) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.

8.8.6 Observado o disposto nos itens 8.8 e seguintes acima, o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8.9 A remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário devidas pela Emissora nos termos dos itens 8.7, 8.8, 8.8.1 e 8.8.2 acima, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento delas por um período superior a 30 (trinta) dias, serão adiantadas ao Agente Fiduciário pelos Debenturistas, sem prejuízo de seu posterior ressarcimento aos Debenturistas pela Emissora.

9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral, no que couber, além do disposto na presente Escritura de Emissão, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signature]



JUCESP

08 12 10

9.3 A Assembleia Geral pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença de representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão.

9.8.1 As deliberações da Assembleia Geral que tratarem da alteração de prazos, das garantias concedidas e/ou a serem concedidas aos Debenturistas (com exceção do caso descrito no item 9.8.3 abaixo), do valor e da forma de pagamento da remuneração, da amortização, do resgate e/ou das hipóteses de vencimento antecipado dependem de quorum qualificado, consistente na aprovação por 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.8.2 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures emitidas e não resgatadas.

9.8.3 A garantia hipotecária que guarnecerá a emissão poderá ser substituída por alienação fiduciária dos mesmos bens, por deliberação da maioria das Debêntures em Circulação, conforme disposto no item 5.2.2 acima.



JUCESP

08 12 10

9.9 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão válidas perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou de seu voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

10. DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura de Emissão constitui obrigações válidas e vinculantes para o Agente Fiduciário;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- v) não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- vii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- viii) está ciente da regulamentação aplicável ao exercício de suas funções; e
- ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas

JUCESP

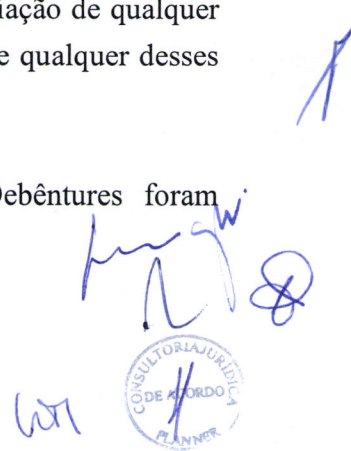
08 12 10

nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

11. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

11.1 A Emissora declara ao Agente Fiduciário que:

- i) é sociedade por ações devidamente constituída, em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) esta Escritura de Emissão, e cada documento dela decorrente, constituem obrigações válidas e vinculantes para a Emissora; tais obrigações não estão subordinadas a qualquer outra dívida da Emissora que não aquelas que gozem de preferência, exclusivamente, por força de qualquer exigência prevista em lei;
- v) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- vi) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vii) a celebração desta Escritura de Emissão e a emissão de Debêntures foram

A handwritten signature in blue ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text 'CONSULTORIA JURÍDICA', 'COORDENADOR', and 'PLANNER'. There is also a small handwritten mark 'W' to the right of the signature.

JUCESP

09 12 11

devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seu Estatuto Social ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

- viii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura de Emissão na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;
- ix) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- x) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- xi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- xii) sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- xiii) manterá sua existência como pessoa jurídica, e praticará todos os atos razoáveis necessários para manter seus direitos, prerrogativas e concessões necessários ou convenientes para a condução normal de seus negócios em todos os aspectos relevantes, em estrita conformidade com a legislação aplicável;
- xiv) manterá a todo tempo uma equipe de administração profissional, inclusive diretores eleitos em conformidade com seu Estatuto Social;
- xv) adotará todas as providências para manter válidas em seus aspectos materiais as declarações prestadas no âmbito desta Escritura de Emissão;

JUCESP

00 12 10

- xvi) informará ao Agente Fiduciário, imediatamente à tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, todo e qualquer ato ou fato que possa afetar em seus aspectos materiais a veracidade de quaisquer das declarações prestadas no âmbito desta Escritura de Emissão;
- xvii) informará ao Agente Fiduciário, imediatamente à tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, qualquer evento ou situação que possa afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações relativas às Debêntures, no todo ou em parte;
- xviii) cumprirá com a legislação a que se sujeita, incluindo, sem limitação, a legislação ambiental e regulatória aplicáveis, em todos os seus aspectos materiais; uma vez verificado o descumprimento desta obrigação, a Emissora terá o prazo que lhe for concedido pelo órgão ou agente fiscalizador para sanar tal descumprimento;
- xix) não aplicará recursos ou ativos em atividades que não sejam correlatas ao seu objeto social, sem a prévia aprovação da Assembleia Geral;
- xx) não irá efetuar ou permitir qualquer alteração de suas políticas contábeis ou práticas de divulgação de informações, exceto conforme seja necessário para dar atendimento às disposições legais e normativas aplicáveis, e demais princípios contábeis brasileiros; e
- xxi) o pagamento de bônus a qualquer diretor empregado da Emissora é e sempre foi efetuado conforme o disposto na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, não podendo causar qualquer impacto à Emissão.

11.1.2 A Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11.2 As Intervenientes Garantidoras declaram que:

The block contains several handwritten signatures in blue ink. At the bottom right, there is a circular stamp with the text 'CONSULTORIA DE FIDUCIARIA' around the perimeter and 'PLANPR' at the bottom. A signature is written across the stamp.

11.02.01

11.02.01

- i) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- iii) a fiança ora outorgada constitui uma obrigação válida e vinculante das Intervenientes Garantidoras;
- iv) a celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual as Intervenientes Garantidoras sejam parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das Intervenientes Garantidoras ou de qualquer de seus controladores, exceto na medida descrita na Escritura de Emissão; ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e
- v) as Intervenientes Garantidoras, seus controladores, controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

11.3 A Emissora e as Intervenientes Garantidoras, conforme o caso, comprometem-se a notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso tomem conhecimento que quaisquer das declarações aqui prestadas tornaram-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas em relação a si próprias, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que tomarem ciência do respectivo fato.

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: CONSULTORIA DE ACORDO]

[Handwritten initials: WOT]

JUL 99

09.11.99

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora:

Companhia Agrícola Usina Jacarezinho

Rua São Bento, 329, 12º andar

01011-100 – São Paulo / SP

At.: Sr. Antonio Paulo Vaz

Telefone: (11) 2125.9521

Fax: (11) 3107.1440

e-mail: paulovaz@cmnp.com.br

- com cópia para:

Salusse Marangoni Advogados

Av. Paulista, 1842, Torre Norte, 12º andar

01.310-923 – São Paulo / SP

At.: Sr. Marcello Klug Vieira

Telefone: (11) 3146-2400

Fax: (11) 3146-2420

e-mail: mklug@salussemarangoni.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda..

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar

04.538-132 – São Paulo / SP

At.: Sr. Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

e-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

iii) para as Intervenientes Garantidoras:

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

Rua São Bento, 329, 12º andar



JUL 97

00 12 10

01011-100 - São Paulo / SP

At.: Sr. Antonio Paulo Vaz

Telefone: (11) 2125.9521

Fax: (11) 3107.1440

e-mail: paulovaz@cmnp.com.br

Maringá S.A. - Cimento e Ferro-Liga

Rua São Bento, 329, 12º andar

01011-100 - São Paulo / SP

At.: Sr. Antonio Paulo Vaz

Telefone: (11) 2125.9521

Fax: (11) 3107.1440

e-mail: paulovaz@cmnp.com.br

Companhia Canavieira de Jacarezinho

Rua São Bento, 329, 12º andar

01011-100 - São Paulo / SP

At.: Sr. Antonio Paulo Vaz

Telefone: (11) 2125.9521

Fax: (11) 3107.1440

e-mail: paulovaz@cmnp.com.br

iv) para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco,

São Paulo / SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Telefone: 11-3684.7911 / 11-3684-2852

e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br; 4010.custodiarf@bradesco.com.br;

4010.tomo@bradesco.com.br

v) para a CETIP:

CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Av. República do Chile, 230, 11º andar

Rio de Janeiro / RJ



JUCESP

08 12 10

20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

São Paulo – SP

01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1400/ 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

12.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela parte que a sofre.

12.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na cidade de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

12.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

JUCESP

08.12.10

qualquer direito ou faculdade que caiba a qualquer das partes em razão de qualquer inadimplemento prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outras que, na medida do possível, produzam o mesmo efeito.

12.5 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

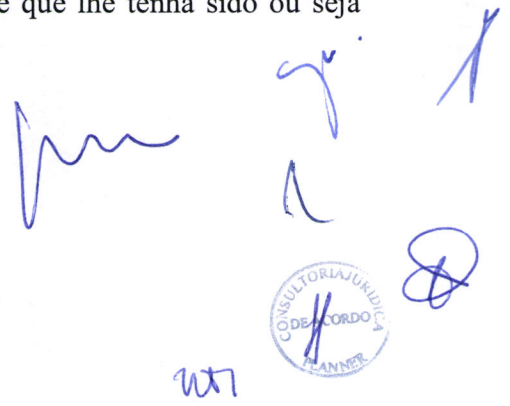
12.6 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de se declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

12.7 Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12.8 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.9 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora.

13. FORO

The block contains several handwritten signatures in blue ink. At the bottom right, there is a circular stamp with the text "CONSULTORIA JURIDICA" around the perimeter, "COEF. FORDO" in the center, and "PLANET" at the bottom. There are also some other handwritten marks and initials.

JUCESP

08 12 10

13.1 Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

03 de dezembro de 2010.

(as assinaturas das Partes seguem nas páginas seguintes)

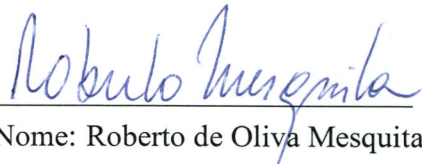


JUCESP

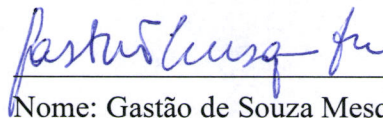
09 12 10

(Página de assinatura 1/6 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, Com Garantia Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, firmado entre Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Maringá S.A. – Cimento e Ferro-Liga e Companhia Canavieira de Jacarezinho, em 03 de dezembro de 2010.)

COMPANHIA AGRÍCOLA USINA JACAREZINHO



Nome: Roberto de Oliya Mesquita
Cargo: Diretor



Nome: Gastão de Souza Mesquita
Cargo: Diretor









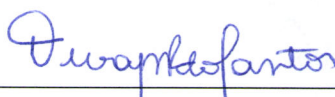


JUCESP

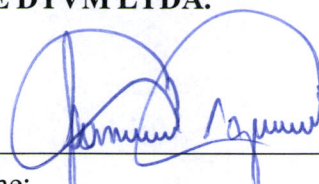
09.12.10

(Página de assinatura 2/6 do Instrumento Particular de Escriturada 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, Com Garantia Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho," firmado entre Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Maringá S.A. – Cimento e Ferro-Liga e Companhia Canavieira de Jacarezinho, em 03 de dezembro de 2010.)

PLANNER TRUSTEE DTVMLTDA.



Nome: **Viviane Rodrigues**
Cargo: **Diretora**



Nome: **Flávio D. Aguetoni**
Cargo: **Procurador**









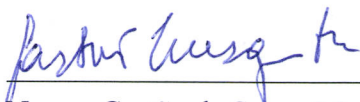


JUCESP

09.12.10

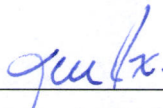
(Página de assinatura 3/6 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, Com Garantia Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, firmado entre Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Maringá S.A. – Cimento e Ferro-Liga e Companhia Canavieira de Jacarezinho, em 03 de dezembro de 2010.)

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ



Nome: Gastão de Souza Mesquita

Cargo: Diretor Presidente



Nome: Antonio Paulo Vaz

Cargo: Diretor

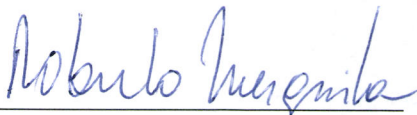


JUCESP

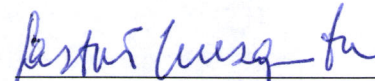
00 10 10

(Página de assinatura 4/6 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, Com Garantia Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, firmado entre Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Maringá S.A. – Cimento e Ferro-Liga e Companhia Canavieira de Jacarezinho, em 03 de dezembro de 2010.)

MARINGÁ S.A. – CIMENTO E FERRO-LIGA



Nome: Roberto de Oliva Mesquita
Cargo: Diretor



Nome: Gastão de Souza Mesquita
Cargo: Diretor







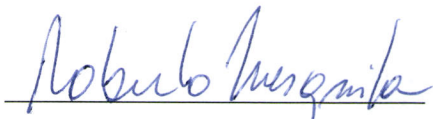


JUCESP


09 10 10

(Página de assinatura 5/6 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, Com Garantia Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho," firmado entre Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Maringá S.A. – Cimento e Ferro-Liga e Companhia Canavieira de Jacarezinho, em 03 de dezembro de 2010.)

COMPANHIA CANAVIEIRA DE JACAREZINHO


Nome: Roberto de Oliveira Mesquita

Cargo: Diretor


Nome: Gastão de Souza Mesquita

Cargo: Diretor









JUCESP

00 10 10

(Página de assinatura 6/6 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, Com Garantia Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho," firmado entre Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Maringá S.A. – Cimento e Ferro-Liga e Companhia Canaveira de Jacarezinho, em 03 de dezembro de 2010.)

Testemunhas:

1. 

Nome:

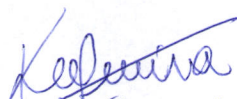
RG.:

Wanusa Trannin
RG: 1.681.745

2.

Nome:

RG:


Katia C. Trannin
39651.268-9













